

OMBUDSMAN CANADENSE PARA RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL (CORE)



CAUTELA

Em janeiro de 2018, o governo canadense anunciou que criaria o escritório de Ombudsman para Responsabilidade Empresarial (CORE). A promessa era de que esse posto seria independente e dotado de amplos poderes para investigar abusos de direitos humanos associadas às empresas canadenses que operam no exterior. Grupos da sociedade civil canadense receberam favoravelmente essa notícia, embora considerassem uma resposta muito atrasada às demandas reiteradas que organizações da sociedade civil e movimentos sociais em todo o mundo fizeram por muitos anos para a criação de tal mecanismo de controle das práticas empresariais.

Infelizmente, o posto de Ombudsman para Responsabilidade Empresarial (CORE), que foi criado em abril de 2019, não cumpre com o que prometido. Não detém nem o mandato nem os poderes necessários para ser uma via eficaz para ajudar as comunidades prejudicadas pelas empresas canadenses a defender seus direitos, obter reparação ou acessar a justiça. O posto não foi projetado para efetivamente atender às necessidades das comunidades impactadas. De fato, o CORE é muito parecido com os escritórios inócuos e sem poder do passado. Parece que sua principal preocupação é a forma como será visto pelas empresas em detrimento da garantia do respeito aos direitos humanos das comunidades afetadas.

NÃO É O QUE FOI PROMETIDO

A sociedade civil canadense sempre batalhou por um escritório que pudesse receber denúncias, investigar minuciosamente os danos causados por empresas canadenses, relatar publicamente seus achados e recomendar reparações para as comunidades afetadas, incluso retirar o apoio do governo a empresas de má conduta,. Isto é o que o governo originalmente se comprometeu a fazer. Mas o CORE não oferece nada disso. O governo cedeu à pressão das grandes empresas e criou um posto sem poder, um simples cargo do governo que atua como assessor especial do ministro.

1. SEM PODER PARA CONDUZIR INVESTIGAÇÕES INDEPENDENTES

O poder de qualquer escritório de Ombudsman depende de sua capacidade de investigar efetivamente as alegações de irregularidades e más conduta empresarial. A ferramenta básica necessária para se conduzir investigações eficazes é o poder de obrigar empresas a fornecer documentos e testemunhos. Este deveria ser o poder de agir do escritório, o que significa que o escritório de Ombudsman não iria depender inteiramente da boa vontade da empresa acusada de má conduta.

O governo comprometeu-se a conferir esses poderes à pessoa que assumisse o cargo de Ombudsman, no caso, Sheri Meyerhoffer. No entanto, quando mais de um ano depois finalmente criou o posto, o governo voltou atrás em sua promessa e apenas concedeu ao CORE o poder de oferecer mediação entre as partes ou realizar simples “exames” dos casos, o que dependerá inteiramente da boa vontade das empresas transnacionais em compartilhar voluntariamente informações vitais que possam comprometê-las. Mais uma vez, os interesses das empresas poderosas são priorizadas em detrimento das obrigações internacionais do Canadá de defender os direitos humanos das comunidades afetadas.

2. SEM INDEPENDÊNCIA DO GOVERNO OU DAS GRANDES EMPRESAS

O CORE (composto por Sheri Meyerhoffer e toda sua equipe) trabalham diretamente para o governo canadense. Os escritórios do CORE estão localizados no mesmo local do departamento governamental Assuntos Globais Canadá. O CORE se reporta diretamente ao Ministro de Pequenas Empresas, Promoção de Exportações e Comércio Internacional.

O CORE também não parece ser um órgão independente das grandes empresas. Esperava-se que o CORE ajudasse a balancear o enorme desequilíbrio de poder entre grandes empresas e comunidades impactadas. Em vez disso, parece que o CORE propõe que os reclamantes usem um processo chamado de investigação compartilhada. Na prática, isso significaria que as grandes empresas teriam poder para definir sobre quais assuntos serão examinados, quem os examinará e sobre o que se tornará público.

3. PODE REPRESENTAR UM RISCO PARA QUEM APRESENTA QUEIXAS

Não há evidências de que existam meios adequados para proteger as pessoas que apresentam queixas ao escritório de Ombudsman. Não existem procedimentos que determinam explicitamente de que maneira o CORE pretende proteger de retaliações aqueles que apresentam queixas. Também não existem políticas sobre como conduzir investigações tomando em consideração questões de gênero ou culturais. Será mesmo possível que as partes cheguem a um acordo sobre reparações e avanços em termos de direitos das comunidades? As informações confidenciais fornecidas pelas comunidades afetadas serão mantidas em sigilo pelo governo e pelas grandes empresas?

AS COMUNIDADES NÃO DEVERIAM DAR UMA CHANCE E VER COMO FUNCIONA?

O Canadá já contou com escritórios semelhantes e eles não ajudaram as pessoas afetadas. No caso do escritório do ex-conselheiro de Responsabilidade Social Empresarial (2009-2018), por exemplo, muitas empresas simplesmente decidiram deixar a mesa de negociação. O Ponto de Contato Nacional (NCP) do Canadá aparece no site do CORE como um de seus “parceiros” e seu mandato é muito semelhante ao do CORE. As comunidades e os trabalhadores e trabalhadoras perceberam que apresentar uma queixa ao PCN exigia que as comunidades investissem muitos recursos durante meses ou anos em um processo que não melhorava ou, às vezes, até piorava a situação.¹

¹ Exemplos de como se desenrolaram experiências de comunidades que apresentaram queixas ao PCN do Canadá estão disponíveis aqui em espanhol <https://aboveground.ngo/wp-content/uploads/2017/01/Canada-is-back-Summary-SPANISH.pdf> e em inglês aqui: <https://miningwatch.ca/sites/default/files/miningwatchcanadasubmissiontoncpeerreviewjanuary2018.pdf> (especialmente na p.39, onde 3 casos são relatados)